

INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Isaac da Silva Caldas

Veni Creator Christian University.
<http://lattes.cnpq.br/7414993988084361>
<https://orcid.org/0009-0000-1808-8387>
E-mail: isaacareiao17@gmail.com

Mílvio da Silva Ribeiro

Doutor em Geografia.
<https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>
<http://lattes.cnpq.br/9542173320344070>
E-mail: milvio.geo@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-20>

RESUMO: Este artigo analisa criticamente os processos de inclusão na educação básica brasileira sob a influência das diretrizes globais, problematizando como tais políticas contribuem para a promoção da equidade ou reforçam desigualdades estruturais. O objetivo principal foi compreender a influência da globalização nas políticas públicas de inclusão no Brasil e identificar contradições entre discursos internacionais de justiça social e a prática escolar cotidiana. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores nacionais que discutem a educação no contexto da globalização, com destaque para perspectivas críticas marxistas e contribuições da Educação Comparada. Os resultados indicam que a atuação de organismos internacionais, como UNESCO, OCDE e Banco Mundial, promove uma lógica gerencial e mercadológica que desloca o paradigma da democratização para o desempenho e competitividade, homogeneizando discursos e apagando as diversidades locais. Além disso, as políticas de inclusão influenciadas pela racionalidade neoliberal tendem a adaptar sujeitos às demandas do mercado, reduzindo a função emancipadora da escola e reforçando desigualdades por meio da flexibilização curricular e da individualização. Conclui-se que o reposicionamento crítico dos educadores é essencial para que a inclusão se torne uma prática efetiva de justiça social, centrada na valorização dos sujeitos e suas realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Comparada. Inclusão escolar. Globalização educacional. Políticas públicas.

SCHOOL INCLUSION IN TIMES OF GLOBALIZATION: CHALLENGES AND CONTRADICTIONS

ABSTRACT: This article critically analyzes the processes of inclusion in Brazilian basic education under the influence of global guidelines, questioning how such policies contribute to the promotion of equity or reinforce structural inequalities. The main objective was to understand the influence of globalization on public inclusion policies in Brazil and identify contradictions between international discourses of social justice and everyday school practice. A qualitative, bibliographical approach was adopted, based on national authors who discuss education in the context of globalization, with an emphasis

on critical Marxist perspectives and contributions from Comparative Education. The results indicate that the actions of international organizations, such as UNESCO, the OECD, and the World Bank, promote a managerial and market-oriented logic that shifts the paradigm from democratization to performance and competitiveness, homogenizing discourses and erasing local diversity. Furthermore, inclusion policies influenced by neoliberal rationality tend to adapt subjects to market demands, reducing the emancipatory function of schools and reinforcing inequalities through curricular flexibilization and individualization. It is concluded that the critical repositioning of educators is essential for inclusion to become an effective practice of social justice, centered on the appreciation of subjects and their local realities.

KEYWORDS: Comparative Education. School Inclusion. Educational Globalization. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um dos pilares das políticas educacionais atuais, especialmente na educação básica, onde se busca garantir acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes. No entanto, esse ideal ocorre em um contexto de forte influência da globalização, que define o papel da escola e orienta políticas por mete de desempenho e competitividade. Organismos internacionais como a OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO passaram a moldar diretamente os rumos da educação, muitas vezes distanciando-se das realidades locais e dos princípios de justiça social.

Diante desse cenário, a interrogação central que orienta esta pesquisa é: de que forma o processo de inclusão na educação básica, influenciados por diretrizes globais que contribuem para a promoção da equidade ou, ao contrário reforçam desigualdades estruturais? A partir dessa questão, o objetivo geral do artigo, é analisar criticamente como as políticas de inclusão têm sido moldadas no contexto da globalização educacional. Como objetivos específicos, busca-se assimilar como a lógica influencia as políticas públicas no Brasil e identificar contradições entres os discursos de justiça social e a prática cotidiana nas escolas.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com base em autores que discutem criticamente a educação em contexto globais, como base Antônio Nóvoa e Antônio Gomes Ferreira. Também se apoiará em análises de orientação marxista para refletir sobre o papel do Estado, do capital e da escola na reprodução das desigualdades. Busca-se, assim, promover uma leitura crítica que valorize as realidades

as realidades locais e os sujeitos e os sujeitos da educação, em oposição à padronização imposta de modelos globais.

DESENVOLVIMENTO

A atuação de agendes como a UNESCO, OCDE e Banco Mundial na formulação de políticas educacionais brasileiras tem sido notável desde os anos de 1990. Essas instituições passaram a conectar a educação ao desenvolvimento econômico, trazendo uma lógica de desempenho e disputabilidade. Soares (2020, p. 5) destaca que “observou-se um alinhamento de discurso de ajuste de gastos públicos do Banco Mundial como resultados do PISA/OCDE, classificando a educação brasileira como cara e ineficiente, sugerindo redistribuições orçamentárias e ajustes curriculares”. Da mesma forma Souza (2024, p. 3) Salienta que essas organizações “criaram um repertório de tecnologias baseadas em evidências que envolvem informação, comparação competitiva e benchmarking, como forte poder de persuasão sobre os sistemas nacionais de educação”.

Essas influências promoveram uma mudança no paradigma educacional, deslocando-se da democratização do acesso universal para uma lógica gerencial baseada em indicadores e resultados. No Brasil, isso se traduz no fortalecimento de políticas inclusivas pautadas na individualização e currículo flexivo, frequentemente estereotipando e emudecendo diversidade local. Rodrigues e Freitas (2020, p. 18) advertem que “enquanto os números agem como reais, eles incorporam escolhas implícitas sobre o que medir, como medir [...] o foco não está mais na compreensão da educação em contextos diferentes; mas sim no uso dos números para classificar e hierarquizar os sistemas educacionais”. Esse predomínio de indicadores globalizados homogeneiza os discursos de inclusão, apagando as diferenças culturais, regionais e contextuais que marcam a realidade da escola básica brasileira.

A globalização transcende o campo econômico e insere-se fortemente no domínio cultural, político e educacional. Conforme Maia (2021), “vivemos um processo global de privatização e mercantilização da educação, que se manifesta de diversas formas”. Nesta lógica, a educação passa a ser vista e operada como mercadoria, subordinada à lógica de serviço e eficiência, distanciando-se de sua função emancipatória. Alves e Gonçalves

(2019, p. 15) também identificam esse fenômeno: “a educação superior deixou de ser direito para se tornar uma mercadoria especulada no mercado financeiro”. Na educação básica, tal mercantilização implica em políticas de inclusão voltadas mais à flexibilidade, adaptabilidade e empregabilidade — características de uma formação voltada ao mercado, e não à construção de cidadania crítica.

Sob a perspectiva marxista, a inclusão mediada por políticas voltadas para o mercado pode mascarar uma forma de segregação disfarçada. De acordo com Souza e Carvalho (2024, p. 3), “a educação foi incorporada à lógica do capital e transformada em mercadoria para seu desenvolvimento”. Isso acarreta em uma formação profissional mais alinhada à lógica do trabalho, com ênfase na capacitação técnica em detrimento do pensamento crítico e da cidadania. Bicalho (2016 *apud* em Souza; Aleprandi; Trentini, 2016, p. 22) corrobora, ao afirmar que os programas de educação integral se baseiam num “esvaziamento curricular do ensino, reduzido ao imediatismo útil”, refletindo-se numa educação que serve de contenção social e reproduz relações de produção desiguais. Assim, as políticas de inclusão, longe de promover emancipação, contribuem para consolidar a disciplina social dentro das normas capitalistas, reduzindo sujeitos a meros instrumentos do mercado.

A atual conjuntura das políticas públicas de integração educacional no ensino básico brasileiro expressa avanços — como a ampliação de acesso —, mas evidencia limites e contradições ao serem capturadas pela racionalidade neoliberal. Frigotto (1998, p. 31) aponta que “a estratégia adotada pelo neoliberalismo [...] para ajustar-se à reestruturação produtiva” deslocou do Estado garantidor de direitos para mero prestador de serviços, acarretando uma inclusão que é, muitas vezes, uma “ilusão da igualdade de direitos individuais”. Nesse contexto, a inclusão passa a ser instrumento de contenção social mais do que de emancipação real — a escola deixa de ser espaço de formação crítica para tornar-se reprodutora de padrões econômicos. Por isso, faz-se necessário, com urgência, um redirecionamento crítico dos educadores: é preciso centralizar o sujeito e as realidades locais, reconhecendo vozes diversas e contextos específicos, em oposição ao discurso padronizador e ao esvaziamento formativo, garantindo que a inclusão efetivamente promova equidade com justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica realizada evidenciou que os processos de inclusão na educação básica brasileira estão fortemente atravessados por influências de organismos internacionais, que impõem uma lógica gerencial, voltada à eficiência, desempenho e competitividade. Essa lógica, sustentada por discursos globais de equidade e justiça social, frequentemente oculta a manutenção de desigualdades históricas, desviando o foco da inclusão como direito para uma perspectiva de adaptação dos sujeitos às exigências do mercado. Conforme evidenciado, há um deslocamento do paradigma da democratização da educação para um modelo tecnocrático que privilegia a padronização e a individualização, enfraquecendo o compromisso com a transformação social.

Verificou-se também que as políticas de integração, quando guiadas pela racionalidade neoliberal, tendem a produzir práticas pedagógicas que esvaziam o potencial formativo dos estudantes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade. A flexibilização curricular, a adaptação institucional e o foco na formação voltada ao trabalho são estratégias que, sob o pretexto da integração, reforçam a seletividade do sistema educacional. A crítica marxista revela como essas práticas acabam por converter a inclusão em estratégia de controle social, mascarando desigualdades e naturalizando a exclusão de forma velada.

No âmbito desse quadro, conclui-se que é fundamental que educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas adotem uma postura reflexiva frente às tendências globais. A construção de uma inclusão escolar efetiva exige o resgate do papel emancipador da educação, o fortalecimento das práticas pedagógicas contextualizadas e o reconhecimento da diversidade cultural, social e histórica dos sujeitos escolares. A centralidade do sujeito e das realidades locais deve ser o eixo orientador das políticas educacionais, para que a inclusão não seja apenas um discurso, mas uma prática transformadora e promotora de justiça social.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Jaime. A crítica na educação comparada: epistemologia e metodologia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 139-150, jan./abr. 2015.

FREITAS, Weberson Fernandes de. Educação comparada e globalização: diálogos possíveis. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 27, e270059, 2022.

KRAWCZYK, Nora. Educação comparada e internacionalização: desafios teóricos e metodológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 407-422, abr./jun. 2013.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

SILVA, Karine Rocha Lemes. Educação comparada: possibilidades e desafios na formação docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1-15, jan./mar. 2019.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: julho de 2025.